

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

XAYANE PAULA MENDES

**UM ESTUDO SOBRE A POBREZA EXTREMA NO ESTADO DO PARANÁ
ANOS 1991, 2000 e 2010**

CURITIBA

2018

TERMO DE APROVAÇÃO

XAYANE PAULA MENDES

UM ESTUDO SOBRE A POBREZA EXTREMA NO ESTADO DO PARANÁ ANOS 1991, 2000 e 2010

Monografia apresentada como requisito parcial à para obtenção do grau de bacharel no curso de ciências econômicas, setor ciências sociais aplicadas da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof^a. Françoise Iatski de Lima
Departamento de Ciências Econômicas, UFPR

Prof^a. Dra. Dayani Cris de Aquino
Departamento de Ciências Econômicas, UFPR

Prof. Dr. Fabiano Abranches Silva Dalto
Departamento de Ciências Econômicas, UFPR

Curitiba, 05 de Julho de 2018.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer primeiramente a Deus por ter me sustentado até aqui, por ser meu Senhor e Salvador. Dedico tudo o que sou e o que possa a ser a Ele. Não a palavras para expressar minha gratidão a tudo que Ele tem feito em minha vida.

Não posso deixar de agradecer ao meu esposo, pois tem me auxiliado em todas as maneiras, cuidando e dando todo o suporte possível para que conseguisse chegar ao fim deste curso.

Agradeço também a todos meus amigos e família (principalmente a família do coração), pois sempre estiveram lá por mim.

Sou grata por todos os professores que me ajudaram nesse trajeto, se importando e ensinando com qualidade e dedicação a profissão que escolheram para si, agradeço por fazerem a diferença em minha vida.

Dedico este trabalho a memória de minha mãe, a quem eu perdi no segundo ano do curso e me faz falta todos os dias.

RESUMO

O objetivo desse trabalho é demonstrar por meio das informações levantadas, quais são os principais pólos de pobreza no Estado do Paraná. O território paranaense dividido em mesorregiões, microrregiões e municípios, demonstra em cada um deles, ainda nos dias de hoje, uma situação de extrema pobreza em dados pontos. A situação de pobreza extrema e ausência de desenvolvimento nesses locais está relacionado a não apenas um fator, mas toda essa questão é resultante de um contexto histórico, relacionado a ausência de planejamento e de políticas públicas que favoreçam o desenvolvimento econômico da população local e que juntamente com isso proporciona melhores condições sociais a comunidade local. Na primeira parte do trabalho, estão mencionadas as definições de extrema pobreza e as dificuldades relacionadas a sua definição. Na segunda parte é feita uma avaliação do Estado do Paraná com o levantamento do ranking das cidades em extrema pobreza por região, e no capítulo final é realizada a análise desses pólos de pobreza com as informações específicas nas principais cidades com baixos índice de desenvolvimento.

Palavras-chave: pobreza extrema, microrregião, mesorregião, Estado do Paraná.

ABSTRACT

The objective of this work is to demonstrate, through the information gathered, which are the main poles of poverty in the State of Paraná. The territory of Paraná, divided into mesoregions, microregions and municipalities, demonstrates in each of them, still today, a situation of extreme poverty in data points. The situation of extreme poverty and lack of development in these places is related to not only a factor, but the whole issue is the result of a historical context, related to the absence of planning and public policies that favor the economic development of the local population and that together thereby providing better social conditions to the local community. In the first part of the paper, the definitions of extreme poverty and the difficulties related to its definition are mentioned. In the second part, an evaluation of the state of Paraná is carried out, with the survey of the ranking of cities in extreme poverty by region, and the final chapter analyzes the poverty poles with the specific information in the main cities with low development index.

Key-words: extreme poverty, microregion, mesoregion, State of Paraná

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - IDH POR ESTADO DO BRASIL, PARANÁ EM FOCO.	28
Figura 2 - MAPA DE EXTREMAMENTE POBRE NO PARANÁ EM 1991.	29
Figura 3 - MAPA DE EXTREMAMENTE POBRE NO PARANÁ EM 2000.	30
Figura 4 - MAPA DE EXTREMAMENTE POBRE NO PARANÁ EM 2010.	31
Figura 5 - MAPA DAS CIDADES DO PARANÁ QUE POSSUEM 10% DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE EXTREMA POBREZA.	38

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO E SEUS COMPONENTES NO PARANÁ

27

Tabela 2 – CIDADES NO PARANÁ QUE POSSUEM MAIS DE 10% DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE POBREZA EXTREMA.

32

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - REPRESENTATIVIDADE POR MESORREGIÃO	31
Gráfico 2 - REPRESENTATIVIDADE POR MICRORREGIÃO	32
Gráfico 3 - EXTREMA POBREZA DA PIOR CIDADE POR MESORREGIÃO.	37

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	9
2. PERCEPÇÕES E MENSURAÇÃO DA POBREZA	11
2.1 OS CONCEITOS DE POBREZA	11
2.2 FORMAS DE ENTENDER A POBREZA	13
2.2.1 Pobreza absoluta e pobreza relativa	15
2.2.2 Mensuração da pobreza	16
2.2.3 Dificuldades ao se definir uma linha de pobreza	21
3. PERFIL DA POBREZA NO ESTADO DO PARANÁ	24
3.1 PERFIL DO PARANÁ	24
3.2 ANÁLISE DA POBREZA EXTREMA	27
3.2.1 Representatividade por mesorregião, microrregião e municípios	31
4. POBREZA NO PARANÁ: QUAL O SEU TAMANHO?	37
4.1 PÓLOS DE POBREZA NO ESTADO DO PARANÁ	37
4.1.1 Análise dos pólos de pobreza	41
5. CONCLUSÃO	43
REFERÊNCIAS	45

1. INTRODUÇÃO

O estudo sobre pobreza é um assunto atual e importante para analisar e elaborar políticas de desenvolvimento econômico que venham combatê-la, pois é através do levantamento das informações em determinados locais que se verificam as principais necessidades e problemas a serem combatidos para a realização de ações políticas e governamentais com a finalidade de melhorar a qualidade de vida da população.

O Estado do Paraná, objeto de estudo neste trabalho, possui características próprias quando se trata do tema desenvolvimento. A formação econômica do Paraná, como a de muitos estados, também foi caracterizada por ciclos. Porém, mesmo o Paraná sendo o estado ocupante do quinto lugar no ranking de IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) no país, verifica-se a existência de vários pontos de desigualdade entre os municípios e regiões.

A análise empírica das especificidades e acompanhamento dos dados dos municípios pertencentes ao estado nos anos de 1991, 2000 e 2010, é possível identificar os locais onde estão localizados os pólos de pobreza extrema.

As pesquisas encontradas de maior relevância são do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico Social (IPARDES), que mostram as diferenças encontradas quando compara-se os municípios do estado do Paraná.

As informações coletadas por essas pesquisas são de grande importância para entender os principais pólos de pobreza no Estado, e os dados contidos nela se tornam ainda mais importantes devido aos poucos estudos direcionados a esse tema no Paraná.

O problema do desenvolvimento econômico em cidades onde são encontradas a pobreza extrema estão relacionados ao contexto histórico do local, por isso os estudos relacionados a esse tema são tão importantes, pois através deles é possível identificar quais são os principais fatores que contribuem para que o desenvolvimento local não ocorra, gerando a pobreza extrema e quais são as principais formas de combatê-los.

O resultado desses esforços pode gerar políticas de interesse público e privado, ou até mesmo de ambas as partes, que proporcionem o desenvolvimento através da melhora da renda per capita das cidades e povoados e que impactem de maneira direta no desenvolvimento socioeconômico.

O trabalho aqui apresentado tem como objetivo fazer uma análise através do diagnóstico dos pólos de pobreza extrema no estado - locais com maiores índices de pobreza extrema, observando a evolução juntamente com suas origens ao longo dos anos.

Para cumprir os objetivos listados foi utilizada uma pesquisa quantitativa e qualitativa baseada na base de dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), no Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), no Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES) e no censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 1991, 2000 e 2010. Com esses dados, transpostos em mapas, gráficos e tabelas é realizada a análise específica.

Este trabalho é estruturado em cinco capítulos. Além desta introdução, no segundo capítulo é apresentada uma revisão bibliográfica com uma breve descrição sobre o estudo da pobreza e suas complexidades, como são analisados os tipos de pobreza e suas linhas - que são de suma importância para o assunto. No terceiro capítulo são apresentados os dados gerais sobre o Estado juntamente com uma breve análise sobre o caso da pobreza extrema e a representatividade nos municípios, micros e mesorregiões no Paraná, a fim de identificar os pólos de pobreza. No quarto capítulo, os principais resultados são apresentados e analisados para os municípios que se destacam neles e, por fim, são apresentadas no capítulo cinco as considerações finais acerca do trabalho e demais conclusões.

2. PERCEPÇÕES E MENSURAÇÃO DA POBREZA

O objetivo deste capítulo consiste em apresentar as principais maneiras de se entender o conceito de pobreza, assim como as formas de mensuração, com a finalidade de saber o que pode ou não reduzir a pobreza.

Segundo Lobo (2005) ao analisar-se um tema tão controverso as complexidades que envolvem esta definição podem ser percebidas claramente quando se trata de escolher entre caminhos diferentes, como por exemplo: a pobreza deve ser entendida em termos absolutos ou relativos? Deve ser compreendida a partir de suposições ditadas por teorias ou de acordo com questionamentos feitos diretamente as comunidades mais pobres a respeito do que seja pobreza na concepção dos próprios pobres?

A busca pela compreensão dos diversos fenômenos que impactam os indicadores socioeconômicos é de grande importância, sobretudo para entendermos o estado do Paraná, que é o objeto deste estudo.

2.1 OS CONCEITOS DE POBREZA

Normalmente os conceitos de pobreza são classificados como subjetivos e objetivos. Quando referem-se às opiniões ou sentimento das pessoas sobre a sua situação de pobreza ou a de seu semelhante é uma abordagem subjetiva. O juízo de valor do indivíduo é capaz de fazer distinção entre os pobres e os não-pobres. Uma das pioneiras na mensuração da pobreza e defensora dessa visão é Orshansky¹ (1996, *apud* SEN 1978, p.13), que resume bem o caráter subjetivo desta abordagem: “A pobreza, como a beleza, depende do olhar de quem a vê”. Já Sen (1978) e Romão (1982) discordam fortemente dessa definição, pois identificam que a pobreza é uma situação concreta e objetivamente identificável, “em sua forma mais

¹ SEN, A. Three notes on the concept of poverty. Working Paper, WEP 2-23/65. Genebra: International Labour Office, 1978.

crua a pobreza é universalmente reconhecível; todas podem vê-la e cheirá-la” (SEN, 1978, p. 13).

Segundo Lobo (2005) defensores da visão objetiva, tem como base critérios determinados exogenamente, assim como a renda, a habitação, o consumo, entre outras, para avaliar o estado de pobreza de um dado indivíduo ou de uma família.

Devido à complexidade do tema “a pobreza”, defini-la é algo extremamente difícil. É necessário a compreensão de alguns conceitos para mensurá-la. Através da visão combinada de alguns autores, é possível analisar quais são os pontos de concordância entre seus pensamentos, e as contribuições específicas de cada um para o tema.

Conforme Sônia Rocha (2003), ser “pobre” significa não dispor dos meios para operar adequadamente no grupo social em que se vive.

“Definir o conceito de pobreza é relevante e escolher os procedimentos de mensuração adequados é o resultado de análise sensata e cuidadosa de cada realidade social específica. Por um lado, trata-se da questão de identificar os traços essenciais da pobreza em determinada sociedade. É generalizada, atingindo a maior parte da população, ou, ao contrário, é geograficamente localizada? Quais são os seus determinantes? É um fenômeno crônico ou está associada às mudanças econômicas e tecnológicas? Quais são seus sintomas principais - subnutrição, baixa escolaridade, falta de acesso a serviços básicos, desemprego ou marginalidade? Quem são os pobres em termos de um conjunto de características básicas, ou em outras palavras, qual o perfil dos pobres? ” (ROCHA, 2003, p.10)

Para Rocha (2003), a pobreza é um item de alta complexidade e para tentar simplificar, pode-se ver como o momento em que as necessidades não são atendidas de forma adequada em geral. Ao compreender a complexidade do fenômeno, seus diferentes conceitos e formas de abordagem fica mais fácil elaborar políticas públicas que busquem trazer soluções eficazes para o problema.

Já para Amartya Sen (2000), a discussão sobre a pobreza tem outro olhar, ele analisa a pobreza como um fenômeno multidimensional, sendo definida como uma privação das capacidades básicas de um indivíduo e não apenas como uma renda inferior a um patamar pré-estabelecido. A capacidade é um tipo de liberdade, e como teoria podemos separá-la em duas: a liberdade substantiva de realizar combinações alternativas de funcionamentos e a liberdade para ter estilos de vida diversos.

Para ficar mais claro, um exemplo é uma pessoa que tenha condições de se alimentar e mesmo assim queira fazer um jejum por sua livre e espontânea vontade, é a mesma privação de uma pessoa pobre forçada a passar fome extrema por não ter do que se alimentar. O primeiro caso possui um "conjunto capacitário" diferente do segundo, pois permite a possibilidade de se alimentar e ser bem nutrido, diferentemente do segundo caso.

Agora para Deepa Narayan (2000), na busca de expandir o conceito de pobreza apresentado por Sen a partir das conclusões obtidas em estudos desenvolvidos desde 1993 pelo Banco Mundial, passando a realizar Avaliações Participativas sobre a Pobreza (APP's) como forma de incorporar às suas análises uma dimensão humana e social, através de entrevistas a populações desprovidas em vários países do mundo e sobre suas opiniões acerca do que é ser pobre.

Narayan (2000) acredita que ninguém melhor do que os próprios pobres para falar sobre sua situação, sua disposição para melhorar de condição depende da forma como encaram as oportunidades, dos riscos e das limitações que se lhe apresentam uma vez que somente eles podem mudar sua situação. O investimento em uma escola, hospital ou conjunto habitacional será inútil se não houver concordância dos beneficiários. Portanto, as estratégias de redução de pobreza só serão eficazes e sustentáveis, apresentando resultados positivos, se corresponderem a um conhecimento sistemático das percepções dos pobres.

Fato é a alta complexidade do tema e na tentativa de simplificar, pode-se ver como o momento em que as necessidades não são atendidas de forma adequada em geral ao indivíduo e a determinada comunidade. A compreensão da complexidade deste fenômeno, seus diferentes conceitos e formas de abordagem, é mais fácil para a elaboração de políticas públicas na busca de soluções eficazes para o problema.

2.2 FORMAS DE ENTENDER A POBREZA

Segundo Lobo (2005) atualmente, alguns autores têm levantado a necessidade de se enxergar a população pobre como um grupo heterogêneo e que sofre de carências diferentes. Isso sinaliza para a adoção de diferentes formas de mensuração e de políticas de combate a pobreza de acordo com às privações de cada grupo de pessoas pobres.

Os autores Hulme e Shepherd (2003) apontam para a importância do entendimento da pobreza como um fenômeno crônico, uma espécie de subgrupo do conjunto de pobres. Eles destacam a pobreza crônica de maneira focalizada nos aspectos duradouros da pobreza, em função disso, a pobreza crônica não pode ser mensurada a partir de indicadores monetários, assim como a renda e consumo, pois esses indicadores são mais suscetíveis a flutuações bruscas de curto prazo. Quando o indivíduo ou sua família vivencia, durante vários anos consecutivos, privações múltiplas, devendo, assim, ser mensurada por outros meios.

Na tentativa de resumir às tentativas recentes, Hulme e McKay (2005) destacam essencialmente duas abordagens: uma baseada na obtenção de bens, que explicariam melhor o estado de pobreza permanente; e outra fundada na abordagem do desenvolvimento humano e das necessidades básicas, privilegiando o aspecto multidimensional da aprovação.

Ao invés de se procurar por uma homogeneidade no que diz respeito ao conceito e às formas de mensuração da pobreza, talvez seja melhor aprender a conviver com sua complexidade inerente e aceitar às diversas alternativas de se entender o fenômeno. A pobreza não pode ser descrita usando-se somente uma ou duas variáveis. Ao contrário, a regra é a existência de uma grande variedade de manifestação da pobreza e às diferentes definições de pobreza refletem a heterogeneidade que se encontra na vida real. (LOBO, 2005, p. 8)

Para entender do que se trata a pobreza, é necessário definir algumas categorias nas quais estão inseridos os conceitos de pobreza, tais como: pobreza relativa e pobreza absoluta, com isso precisamos olhar com atenção para determinantes deste conceito, como as *basic needs*, linhas de pobreza, linhas indigência entre outros.

2.2.1 Pobreza absoluta e pobreza relativa

Como um ponto de partida às discussões conceituais a respeito da pobreza tem-se o debate sobre a relevância entre a diferença do carácter absoluto e relativo da privação. Isto é basicamente o pré-requisito para análise das demais etapas que compõem a questão da pobreza, assim como: os métodos de mensuração, os seus determinantes e às estratégias para a superação.

Tanto o conceito de pobreza relativa quanto o conceito de pobreza absoluta são abordagens que podem ser estudadas pela macroeconomia. A pobreza relativa tem relação direta com a desigualdade na distribuição de renda e pode ser explicitada segundo o padrão de vida vigente na sociedade, portanto, segundo Romão (1993) os pobres, são aqueles que se situam na camada inferior da distribuição de renda em comparação com os membros mais abastados nessa distribuição. Já a pobreza absoluta pode ser observada quando temos um padrão para o nível mínimo ou suficiente de necessidades humanas observadas e elas não são atendidas. (CRESPO; GUROVITZ, 2002)

Segundo Rocha (2003), basicamente pode-se entender da seguinte maneira: pobreza absoluta está diretamente relacionada à questão da sobrevivência física; já a pobreza relativa são as necessidades a serem satisfeitas em função do modo de vida na sociedade em questão, o mínimo vital já está garantido.

Bradshaw (2001) porém acrescenta que é justamente a dificuldade de se traçar um limite que faça a diferença entre os pobres dos não-pobres que dificulta a validação de um conceito absoluto para a pobreza. A discussão mais recente sobre o carácter absoluto ou relativo da pobreza ocorreu entre Sen e Townsend. Sendo que Sen (1997) argumentou existir uma parte absoluta imutável na ideia de pobreza, e na medida em que há debilidade e fome, independentemente do conteúdo da definição relativa, existe claramente pobreza. Sendo assim, o conceito absoluto deve prevalecer e a abordagem relativa, se importante para o momento, deve ficar em segundo plano no que se refere a prioridade de erradicação da pobreza. Já

Townsend² (1985, *apud* GORDON e SPICKER, 1999) contra-argumentou salientando que esse núcleo absolutista é relativo a cada sociedade. Os requerimentos nutricionais mínimos são dependentes do tipo de trabalho que as pessoas desempenham em diferentes períodos históricos e também variam em função das distintas culturas.

São vários os críticos da adoção do termo absoluto da pobreza, sendo o seu principal apontamento a falta de um modelo que abrangesse todos os casos, uma norma específica que determine quais seriam as necessidades mínimas de subsistência e em que nível estas deveriam ser estabelecidas. Em 1995, foi realizada uma tentativa de definir o conceito de pobreza absoluta aconteceu no Encontro Mundial para o Desenvolvimento Social, na cidade de Copenhague. No seu documento síntese, conhecido como Declaração de Copenhague a pobreza absoluta é diferenciada da seguinte maneira : a pobreza absoluta é a condição caracterizada pela privação severa das necessidades humanas básicas, incluindo comida, água potável, segurança, esgotamento sanitário, saúde, abrigo, educação e informação. Certamente isso não depende somente da renda, mas também do acesso aos serviços sociais, este documento foi assinado por mais de 117 países ali representados (ONU, 1995, *apud* GORDON e SPICKER, 1999, p.7).

O que se discute é, claramente, às diversas formas de se delimitar a linha de pobreza que separa os pobres dos não-pobres.

2.2.2 Mensuração da pobreza

Há uma vasta discussão sobre a incidência da pobreza no Brasil, mas apesar das discussões, observa-se um consenso entre os especialistas, o uso da linha de pobreza observada como base. A partir de um momento em que é definida a utilização do consumo observado, há uma série de passos a serem seguidos, assim como: determinar, para a população em questão, quais são as suas necessidades nutricionais; estabelecer, a partir das informações de pesquisa de orçamentos

² GORDON, D. & SPICKER, P (eds.). The international glossary on poverty. London: Zed Books/CROP, 1999.

familiares e a cesta alimentar de menor custo que atenda as necessidades estimadas (o valor da cesta é a linha de indigência).

Traçar uma linha de pobreza para um país com dimensões continentais como o Brasil sempre é um grande desafio, pois os preços diferenciam muito de estado para estado.

Ao tratar das necessidades nutricionais esse valor é denominado linha de indigência ou de pobreza extrema, pois tem referência ao caráter básico essencial das necessidades alimentares. Porém, quando se refere ao conjunto mais amplo de necessidades, assim como moradia, vestuário, e outros bens não alimentares, trata-se da linha de pobreza.

Segundo Rocha (2003) baseado nesses parâmetros, é possível separar dois subgrupos da população de acordo com a renda, indigentes e não-indigentes, no caso da linha de indigência, pobres e não-pobres, no caso da linha de pobreza. Portanto, pobres são aqueles que estão abaixo da linha da pobreza estabelecida para aquela sociedade e os indigentes são um subconjunto dos pobres, cuja a renda não é suficiente nem para atender as necessidades nutricionais mínimas.

Como observou Sen (1978), o dimensionamento da pobreza envolve a realização de fatores distintos porém inter-relacionados, sendo (1) o exercício da identificação, isto é, quem e quantos são os pobres de uma determinada sociedade? É utilizado um critério que seja capaz de identificar como pobres certo grupo de pessoas; e (2) o de agregação, que consiste na escolha de um método estatístico que reúna um conjunto de pessoas pobres em um quadro global de pobreza.

A busca do índice ideal evidencia que as situações concretas de pobreza podem ser monitoradas de forma mais adequada por indicadores concebidos em função das condições específicas verificadas. Em cada país, em mesmo em subáreas de um mesmo país, a abordagem adequada depende essencialmente da feição que o fenômeno da pobreza assume e das possibilidades concreta de política pública, o que envolve desde a disponibilidade de dados estatísticos que permitam entender e mensurar o problema até a disponibilidade de recursos financeiros e outros, para a intervenção. (ROCHA, 2003, p.28)

Segundo Lobo (2005) existem três perspectivas básicas vinculadas a mensuração da pobreza, e mais especificamente, a identificação dos pobres; a) a da renda; b) a das necessidades básicas insatisfeitas; e c) a das capacidades.

a) Renda:

A renda é um critério muito usado para se falar de pobreza quando temos uma sociedade monetizada, pois é possível usá-la para medir se há possibilidade de atender o mínimo necessário para uma pessoa viver ou não. Esse padrão de vida mínimo, apresentado sob diferentes aspectos, sejam nutricionais, de moradia ou de vestuário, é normalmente avaliado segundo preços relevantes, calculando a renda necessária para custeá-los.

A renda tem maior restrição quanto mais pobre for o país e quando parte considerável das transições não é feita da maneira mercantil, a renda se torna irrelevante para delimitar a população pobre. Um país como o Brasil, por exemplo, precisa tomar muito cuidado ao traçar essa linha de pobreza e indigência, pois a pobreza absoluta é significativa e a população resultante dessas linhas são alvos constantes de políticas assistencialistas.

O principal argumento para utilização de renda para mensurar o nível de vida de uma sociedade consiste na correlação entre nível de renda e indicadores de bem-estar físico. As comparações internacionais baseadas na renda sempre resultam em problemas, até mesmo o Banco Mundial já tentou estabelecer uma linha de pobreza tendo a renda como parâmetro, que seria de \$1 per capita dia, hoje chega a \$1,90 dia (dados atualizados 2017), mas essa medida não leva em consideração muitos quesitos, como culturais e de câmbio em cada país por exemplo, logo sua eficácia deixa a desejar. O ideal seria que tivessem indicadores físicos de qualidade de vida em que a renda seria a *proxy*, muitas vezes questionável.

Então, para utilizar a renda como um critério de definição de pobreza pode-se entender que uma pessoa é considerada pobre se, e somente se, o seu nível de renda estiver abaixo da linha de pobreza pré-definida. Esta linha é definida através do estabelecimento de um valor monetário correspondente aos recursos necessários para adquirir um conjunto básico de bens e serviços, tais como, alimentação, habitação, vestuário, etc., bens esses que assegurarão um padrão de vida mínimo dentro do contexto de cada sociedade. Quando faz-se referência especificamente sobre as necessidade nutricionais do ser humano, a escassez de recursos para a

ingestão alimentar mínima é denominada linha de indigência, abaixo do qual os indivíduos são considerados indigentes.

b) Necessidades Básicas Insatisfeitas

A partir de 1970, a pobreza ganha a conotação de necessidades básicas, colocando novas exigências, como serviços de água potável, saneamento básico, saúde, educação e cultura. O enfoque das necessidades básicas configurou-se apontando certas exigências de consumo básico de uma família. Esse formato de concepção passou a ser adotado pelos órgãos internacionais, sobretudo por aqueles que integram a Organização das Nações Unidas (ONU), representando uma ampliação da concepção de sobrevivência física pura e simples. A partir de 1980, a pobreza passou a ser entendida como privação relativa, dando ao conceito um enfoque mais abrangente e rigoroso, buscando uma formulação científica e comparações entre estudos internacionais, enfatizando o aspecto social.

O estudo das necessidades mínimas é muito importante para traçar a linha de pobreza. No Brasil, utiliza-se somente a quantidade energética (calorias) e não as necessidades proteicas, vitaminas entre outras. Infelizmente a falta de uma dieta ideal em nosso país não é uma questão somente de renda, mas sim de educação social.

A partir das diferentes formas de abordar o conceito de pobreza acima descritas, três concepções foram desenvolvidas no decorrer do século XX: sobrevivência, necessidades básicas e privação relativa. O foco na sobrevivência foi o mais restritivo, predominou nos séculos XIX e XX, até a década de 50, segundo Crespo e Gurovitz (2002). Esse enfoque teve origem no trabalho de nutricionistas inglesas apontando que a renda dos mais pobres não era suficiente para a manutenção do rendimento físico do indivíduo. Isso foi adotado na Inglaterra e teve grande influência por toda a Europa, com isso, foi usada mais tarde pelo Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD).

Em países desenvolvidos, onde o problema com as necessidades básicas já foi praticamente solucionado, a pobreza relativa é um ponto de grande discussão. O problema enfrentado por esses países já não é mais a segurança alimentar, e sim a distribuição de renda e o fim da marginalidade social de pequenos grupos.

Esse conceito possui como característica principal o fato de serem considerados universais, comuns aos homens de diferentes culturas e civilizações. Ele vai além daquele de falta de renda na medida a em que inclui a necessidade de se alimenta, de se tratar, de conhecer, e também de agir. São necessidades físicas e psíquicas que podem ser satisfeitas de acordo com modalidades econômicas extremamente variadas, mas que, acima de tudo, são comuns a todos os homens. O atendimento a saúde e a educação básicas, além de serviços essenciais deve ser fornecido pela comunidade para evitar que as pessoas se tornem pobres. Esta visão pode servir a uma situação de pobreza extrema ou de pobreza relativa, bastando para tanto, apenas identificar os para manter mínimos de satisfação de tais necessidades referentes a cada sociedade. Por exemplo, avaliar o grau de instrução mínimo (ler e escrever) numa sociedade que apresenta taxa de alfabetização generalizada parece não ser uma medida adequada de verificação do atendimento das necessidades básicas. Uma alternativa mais eficiente de avaliação do coeficiente de desenvolvimentos humano seria adotar como padrão mínimo um nível de escolarização mais elevado Lobo (2005).

c) Capacidades

A pobreza, sob esta perspectiva, representa a ausência de algumas capacidades para funcionar, isto é, uma pessoa com falta de oportunidade para atingir níveis minimamente aceitáveis de funcionamento (conjuntos de seres e teres) relevantes. A definição engloba desde aspectos puramente físicos, como sociais mais complexos, como ser feliz, ter respeito próprio, participar da vida da comunidade, etc. A capacidade reflete, portanto, a liberdade de uma pessoa de levar um outro tipo de vida. No entender de Sen(1992, p. 40), “assim como o ‘conjunto orçamentário’ no espaço das mercadorias representa a liberdade de uma pessoa de levar um ou outro tipo de bens, o “conjunto de capacidades” no espaço dos funcionamentos reflete às liberdades de uma pessoa para escolher estilos de vida possíveis”. O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) adota a base conceitual e metodológica dos trabalhos de Sen para a elaboração do Relatório de Desenvolvimento Mundial. As definições do conceito de pobreza, bem como a formulação de índices compostos de desenvolvimento e pobreza (IDH e IPH)

³ são algumas das contribuições marcantes baseadas nos trabalhos seminais de Sen.

2.2.3 Dificuldades ao se definir uma linha de pobreza

Ao pensar no estabelecimento de uma linha de pobreza é necessário estabelecer um valor de referência, um nível de vida preponderante na sociedade em questão e geralmente esse valor é estabelecido com base na renda média ou mediana no conjunto da população, desvinculando do efetivo poder de compra ou do nível de bem-estar que é capaz de gerar de fato.

Deve-se atentar ao fato de que há muito mais dificuldade em compor uma base de dados adequada, principalmente em países mais pobres.

Com as necessidades delimitadas, é necessário encontrar uma cesta que supra essas necessidades com o menor valor possível, olhando para o teor calórico de cada alimento. E como existem diferenças regionais até mesmo na alimentação, as necessidades em cada local do país são diferentes. Para projetar uma cesta mínima, foi utilizada a menor quantidade possível de alimentos.

Agora, para os bens não alimentares, por não haver uma base de dados e uma determinação sobre o que é o básico para o consumo não alimentar é utilizado o coeficiente de Engel para determinar tal, no entanto, não garante o consumo mínimo.

Nas grandes metrópoles é utilizada basicamente a soma das cestas alimentares e não alimentares. Como para traçar linhas para regiões metropolitanas usamos a POF e o SNIPC, para regiões não metropolitanas usaremos o Endef, pois ainda hoje é o único conjunto de dados com cobertura para essas áreas.

De acordo com Fava (1984), que observou que as linhas de pobreza para regiões rurais são mais baixas do que para regiões urbanas. No entanto, temos que levar em consideração que nas regiões rurais temos a produção de autoconsumo e as necessidades são diferentes, além do que existem custos extras para morar na cidade.

³ Índice de Desenvolvimento Humano e Índice de Pobreza Humana.

Se a homogeneização do consumo ocorreu realmente de forma generalizada no país - e, por enquanto, não existem informações estatísticas para validar ou não tal hipótese -, o uso dos coeficientes de custo derivados do Endef para estimar linhas de pobreza urbanas e rurais implica alguma subestimação desses valores. (ROCHA,2003, p.69)

Segundo Sonia Rocha (2003), apesar das diferenças entre o consumo das famílias, a linha de pobreza a partir do consumo observado é vista como a fonte mais adequada.

Existe a necessidade de observar a pesquisa de estrutura de consumo de baixa renda para entender melhor isso, essa pesquisa foi elaborada pelo Estudo Nacional da Despesa Familiar (Endef) em 1974/75. Esse estudo, quando divulgado, abriu as portas para as pesquisas e a elaboração de linhas de pobreza mais apuradas, levando em consideração as melhores estimativas de pobreza.

Sempre nos Censos ou Pnad ocorre uma subestimação da pobreza, pelo viés de subestimação de rendimento. A POF foi de suma importância para o avanço mais aprofundado do estudo da linha de pobreza adequada para o Brasil. (ROCHA, 2003)

Grandes são os desafios ao se pensar em uma linha de pobreza para um país com proporções continentais como o Brasil, mesmo possuindo parâmetros pré-determinados de necessidades nutricionais as complexidades vão muito mais além do que isso. Principalmente com relação às outras necessidades, tais como: habitação e vestuário, as dificuldades de estabelecer um valor mínimo é muito mais trabalhoso. Logo, é compreensível que um valor utilizado para todas as necessidades - alimentares ou não-alimentares, que foi definido pela linha de pobreza é sempre cercada de controvérsias.

Quando se trata de pobreza existem várias dificuldades para se fazer comparações, para simplificar Rocha (2003) divide em três grupos. No primeiro grupo encontram-se países cuja renda per capita é baixa e a pobreza absoluta é inevitável, quaisquer que sejam as características da distribuição de renda. No segundo grupo as necessidades básicas já foram atendidas, o conceito de pobreza relevante é necessariamente relativo, definido a partir do valor da renda média ou mediana, o problema desse grupo é distribuição de renda. No terceiro grupo as

necessidades já foram atendidas e a única preocupação a despeito da pobreza é a distribuição de renda.

3. PERFIL DA POBREZA NO ESTADO DO PARANÁ

Para a realização deste estudo foram utilizados dados do Censo Demográfico (IBGE, 2010), como também, do Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2013), como citados anteriormente, a fim de encontrar uma base adequada para uma análise dos pólos de pobreza no estado ao longo dos anos (1991, 2000 e 2010).

O desenvolvimento socioeconômico é um processo histórico e com raízes no desenvolvimento de cada região, porém pretende-se aqui discutir o assunto por meio da análise descritiva do contexto atual do desenvolvimento regional. Para isso, a pesquisa foi feita em cima das variáveis relevantes disponíveis de todos os 399 municípios do Estado do Paraná.

A análise da evolução do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) é muito importante para acompanhar o desempenho dos municípios e regiões quando se trata da melhoria na qualidade de vida da população.

No Brasil o IDHM segue as mesmas três dimensões do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) Global - longevidade, educação e renda, porém vai mais além: essa metodologia é adequada ao contexto brasileiro e à disponibilidade de indicadores nacionais. Mesmo medindo basicamente os mesmos fenômenos, os indicadores levados em conta no IDHM, melhores ajustados para avaliar o desenvolvimento dos municípios brasileiros. Por esse motivo, o IDHM - incluindo seus três componentes, IDHM Longevidade, IDHM Educação e IDHM Renda - conta um pouco da história dos municípios em três importantes dimensões do desenvolvimento humano, como um índice que varia de 0 a 1 e quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano. (PNUD, 2010)

3.1 PERFIL DO PARANÁ

No Estado do Paraná, os dados levantados para definir o IDHM Educação são os dados de porcentagem de pessoas com 18 anos ou mais com fundamental

completo; porcentagem de pessoas com 5 a 6 anos na escola; porcentagem de pessoas com 11 a 13 anos nos anos finais do fundamental regular seriado ou com fundamental completo; porcentagem de pessoas com 15 a 17 anos com fundamental completo e; porcentagem de pessoas com 10 a 20 anos com médio completo. Para completar o IDHM é adicionado os índices de esperança de vida ao nascer e renda per capita.

TABELA 1 – ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO E SEUS COMPONENTES NO PARANÁ

Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e seus componentes - Estado - Paraná			
IDHM e componentes	1991	2000	2010
IDHM Educação	0,298	0,522	0,668
% de 18 anos ou mais com fundamental completo	29,11	41,95	55,53
% de 5 a 6 anos na escola	31,06	65,86	90,35
% de 11 a 13 anos nos anos finais do fundamental REGULAR SERIADO ou com fundamental completo	49,20	74,62	89,13
% de 15 a 17 anos com fundamental completo	24,94	59,29	65,58
% de 18 a 20 anos com médio completo	15,54	32,99	48,05
IDHM Longevidade	0,679	0,747	0,830
Esperança de vida ao nascer	65,71	69,83	74,80
IDHM Renda	0,644	0,704	0,757
Renda per capita	439,09	638,27	890,89

Fonte: PNUD, Ipea e FJP

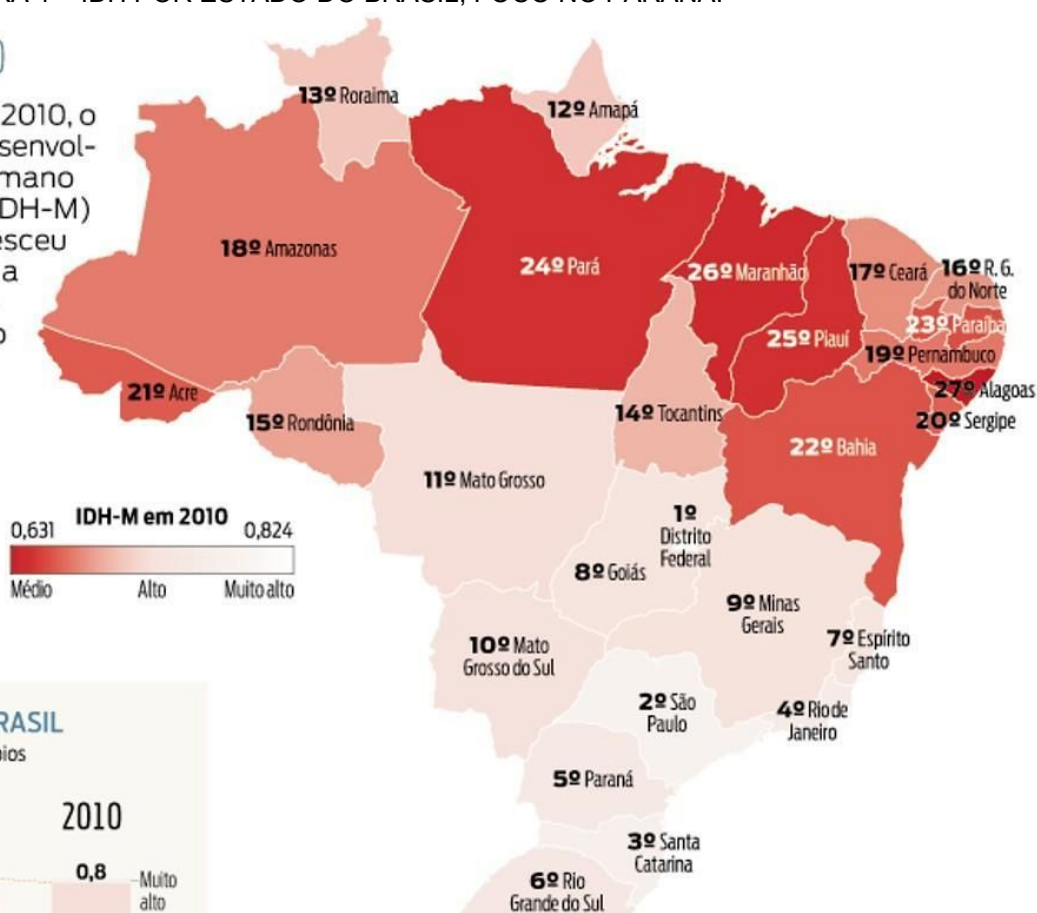
É possível observar uma evolução histórica significativa dentre o período de 1991 a 2010 devido a uma série de fatores, ao analisarmos os componentes do cálculo do IDHM para o estado é mais claro quais itens tiveram alterações de maior relevância.

Na Figura 2 apresentada a seguir, encontra-se um infográfico comparando os resultados do IDHM do Paraná frente a União. O IDH do Estado do Paraná ocupava em 2010 a 5ª posição entre as 27 unidades federativas brasileiras. Nesse ranking, o maior IDHM é 0,824 (Distrito Federal) e o menor é 0,631 (Alagoas), dados de 2010.

FIGURA 1 – IDH POR ESTADO DO BRASIL, FOCO NO PARANÁ.

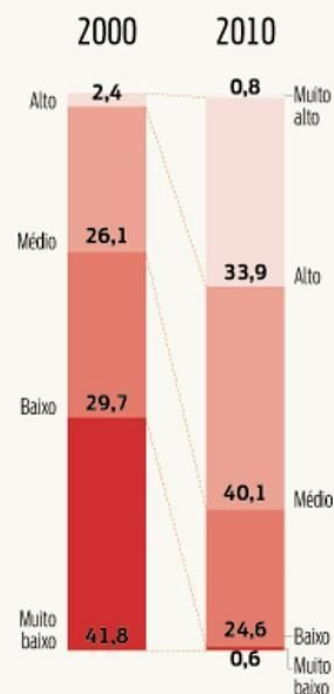
POR ESTADO

Entre 1991 e 2010, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) do Brasil cresceu 47,5%. Veja a situação de cada estado no ranking:

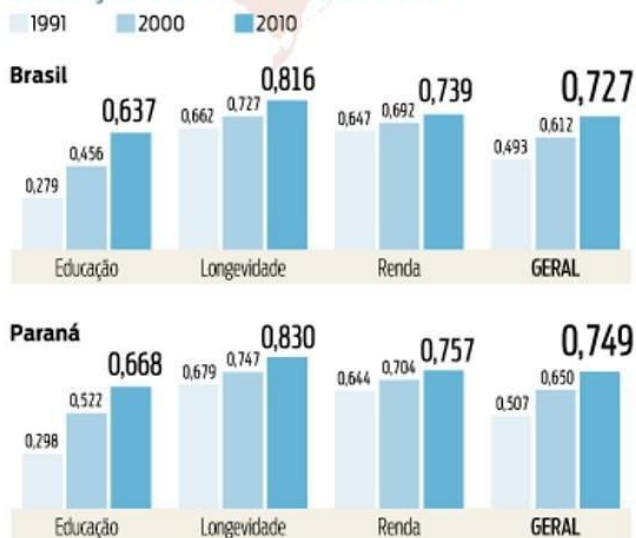


IDH-M NO BRASIL

Em % de municípios



EVOLUÇÃO DOS SUBÍNDICES DO IDH-M



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013. Pnud. Infografia: Gazeta do Povo.

NOTA: figura extraída da Gazeta do Povo com dados conferidos e de acordo com o PNAD, Ano 2018.

O IDHM do Paraná teve uma taxa de crescimento de 28,21%, dentre os anos de 1991 a 2000, e dentre os anos de 2000 a 2010, essa taxa de crescimento foi de 15,23% - sendo o índice que mais cresceu em todos os anos foi a educação, tendo a

renda e longevidade com leve mudança entre os anos. O hiato de desenvolvimento humano, ou seja, a distância entre o IDHM do estado e o limite máximo do índice (1) foi reduzido em 70,99% de 1991 a 2000 e de 2000 a 2010 foi reduzido em 71,71%.

Considerando todo o período, de 1991 a 2010, tivemos uma taxa de crescimento de 47,73% para o Paraná e 47% para o Brasil, atingindo uma taxa de redução do hiato de desenvolvimento humano de 50,91% para a Unidade Federativa e 53,85% para o país. A dimensão cujo índice mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,370 no Paraná e crescimento de 0,358 no Brasil). Em suma, o Paraná acompanhou o ritmo de desenvolvimento médio nacional no período.

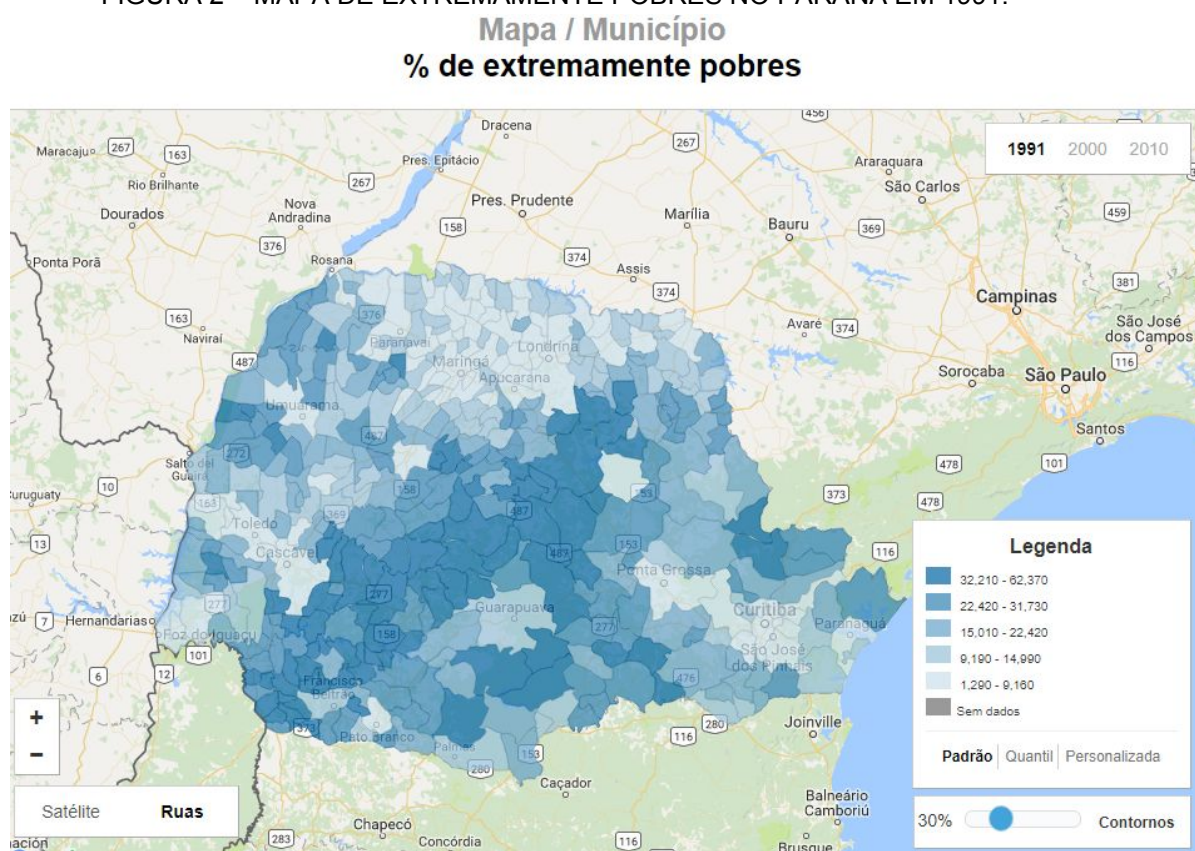
3.2 ANÁLISE DA POBREZA EXTREMA

O conceito de Cluster pode ser descrito como uma aglomeração espacial de determinadas atividades, muito utilizado para o estudo sobre aglomerações industriais, entretanto, também pode ser utilizado para melhor visualização e compreensão de aglomerações de fatores econômicos e sociais, a exemplo da pobreza extrema.

Os mapas apresentados a seguir são a representação espacial da pobreza extrema no Paraná ao longo dos anos (1991, 2000 e 2010), onde estão destacados em um recorte em 5 quantiles a porcentagem dos indivíduos⁴ que têm renda domiciliar per capita igual ou inferior a R\$70,00 reais mensais em agosto de 2010, conforme levantado no censo do IBGE, mapas estes que foram gerados pelo Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil (PNUD, 2010).

⁴ O universo de indivíduos abordados são aqueles que vivem em domicílios particulares permanentes, descartando assim a população de rua, entre outras.

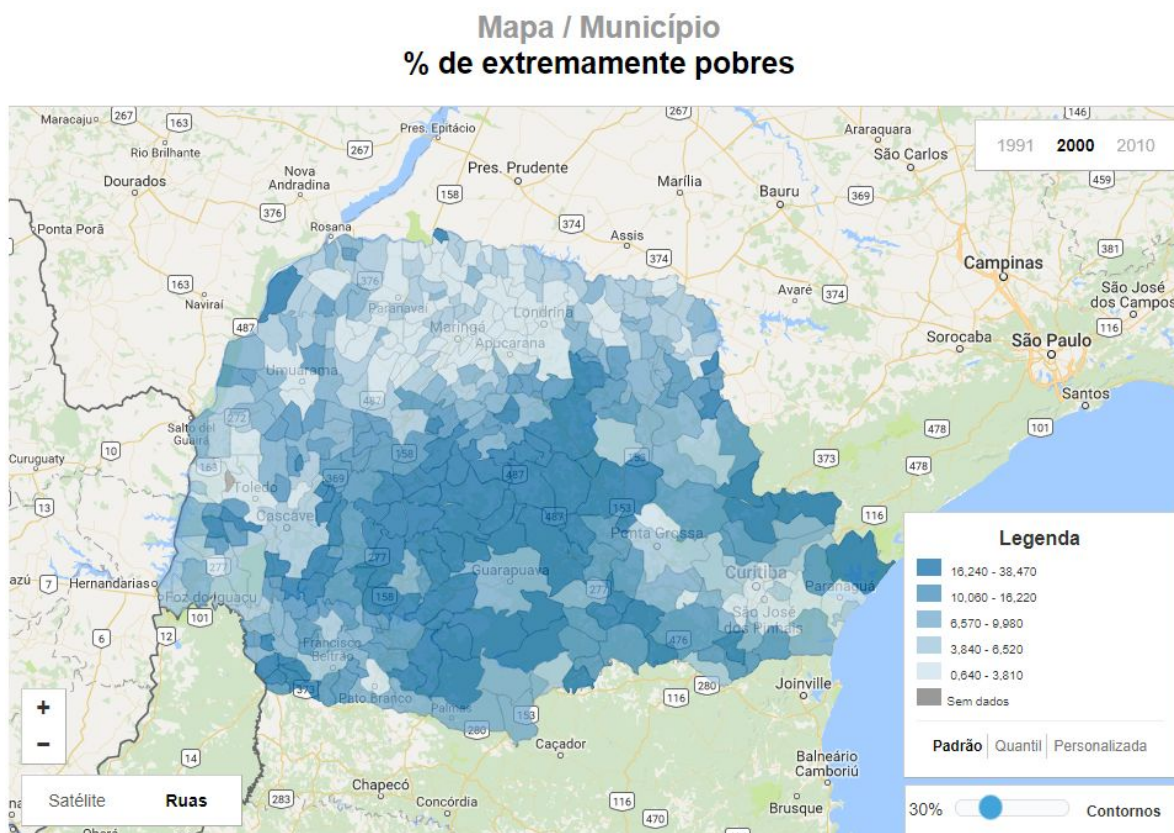
FIGURA 2 – MAPA DE EXTREMAMENTE POBRES NO PARANÁ EM 1991.



FONTE: Adaptado Atlas de Desenvolvimento Humano (2017)

Pode-se observar uma concentração na região central se alastrando para o sul do estado, regiões às quais em 1991 apresentaram os mais elevados índices de pobreza extrema.

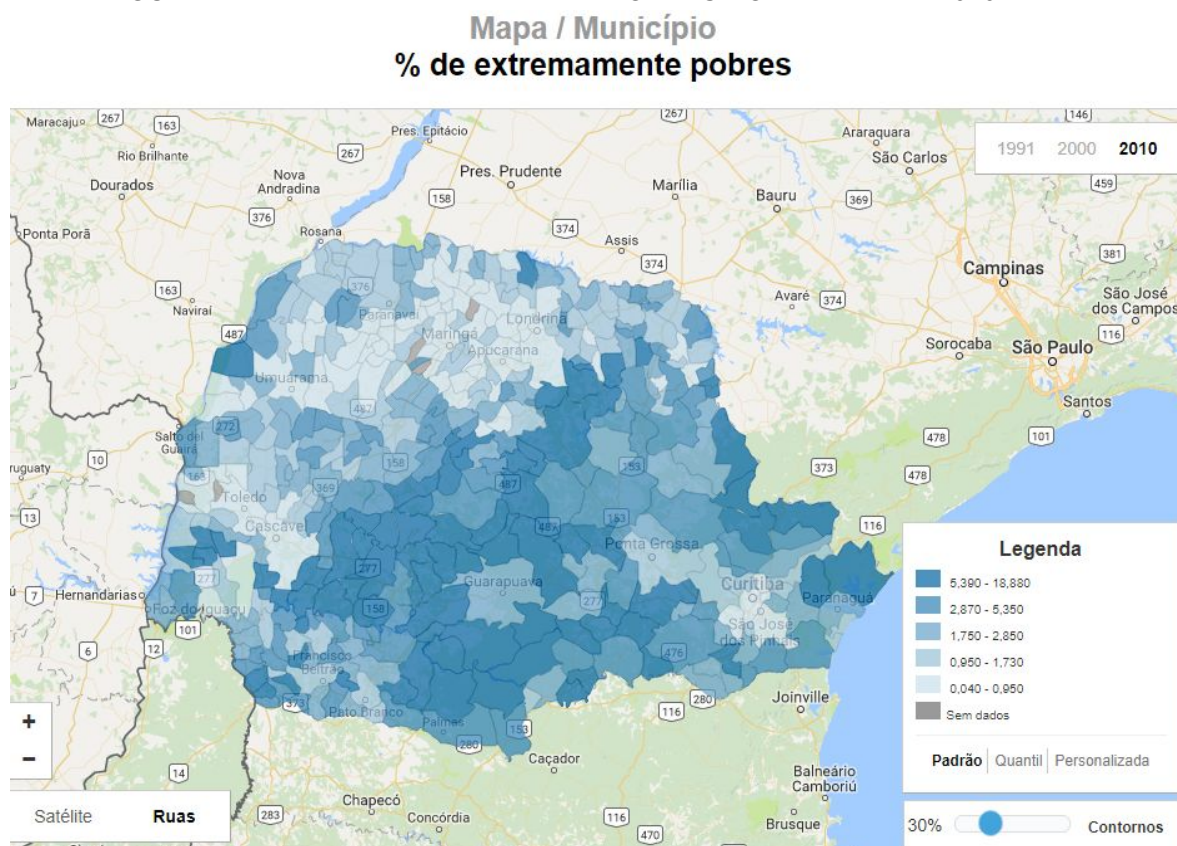
FIGURA 3 – MAPA DE EXTREMAMENTE POBRES NO PARANÁ EM 2000



FONTE: Adaptado Atlas de Desenvolvimento Humano (2017)

Em 2000 pode-se encontrar uma concentração maior do que em 1991, principalmente aos arredores da cidade de Guarapuava. No entanto, em quase uma década de história observa-se os pontos mais fortes localizados basicamente na mesma região.

FIGURA 4 - MAPA DE EXTREMAMENTE POBRES NO PARANÁ EM 2010.



FONTE: Adaptado Atlas de Desenvolvimento Humano (2017)

Observa-se a evolução histórica nesses anos através da comparação entre os anos. No entanto, pode-se ver a existência de regiões que permanecem em estado de pobreza extrema como característica local, revelando assim os *clusters* de pobreza extrema no estado.

Como citado anteriormente, o Estado do Paraná ocupa o quinto lugar no IDH nacional e tem características bem distintas do que o restante da União. O Estado tem em média somente 3,45% da população abaixo da linha da pobreza. Entretanto, é importante ressaltar que dentre os 399⁵ municípios, 137 deles tem índices iguais ou maiores do que a média do Estado, o que indica 34,34% do estado

⁵ Os municípios de Ivatuba (PR), Munhoz de Melo (PR), Ourizona (PR), Pato Bragado (PR) e Quatro Pontes (PR) não possuem dados disponíveis para essa análise.

está abaixo da média para seus próprios parâmetros, reafirmando assim a heterogeneidade estadual.

Porém, como grande parte dos projetos voltados à erradicação da pobreza extrema no Brasil provém do Governo Federal, serão apresentados aqui os municípios paranaenses que estão em situação de pobreza extrema dentro da média nacional. A porcentagem de extremamente pobres em 2010 no país eram de 6,62% da população, com índices de pobreza extrema igual ou superior a esses no Paraná encontramos 60 municípios dos 399. Isso indica que 15,04% do estado está abaixo dos níveis do Brasil.

O Estado do Paraná também possui programas de erradicação da pobreza extrema, e apresenta índices de desenvolvimento em geral melhores que o Brasil, porém o principal programa que é uma iniciativa estadual - Família Paraná, teve início em 2012, o que foge do período abordado neste trabalho.

3.2.1 Representatividade por mesorregião, microrregião e municípios

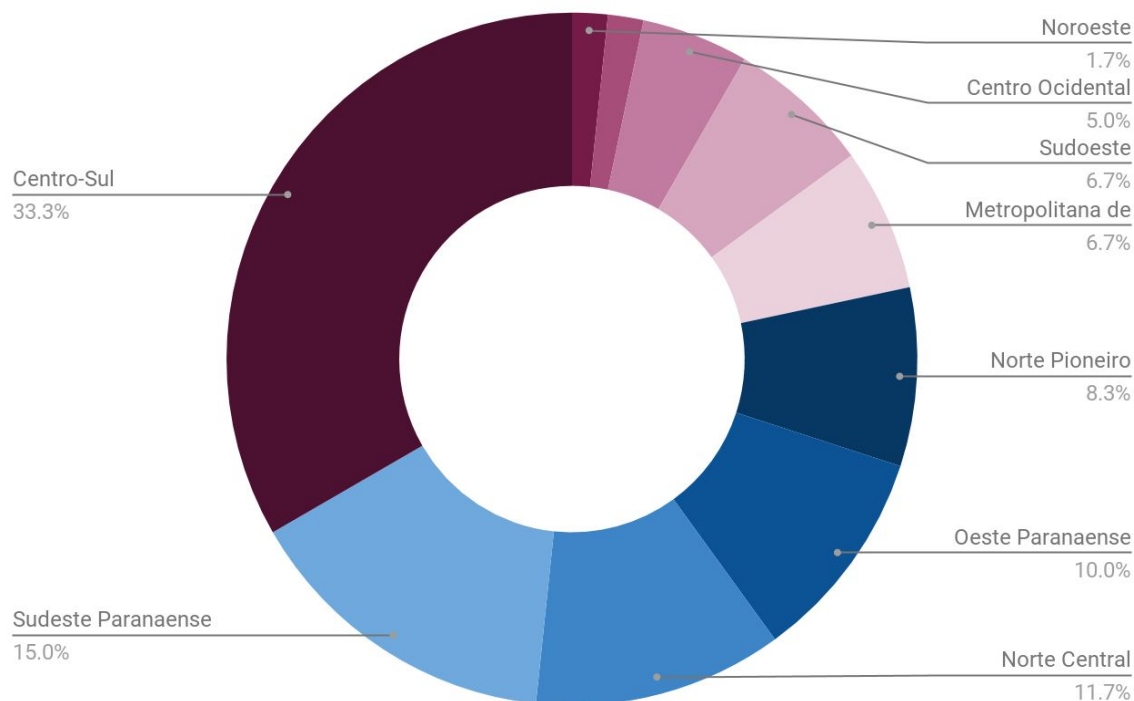
Para este estudo, foi decidido adotar comparativamente a média do Brasil (6,62% de pobreza extrema), em que reúne 60 municípios em situação igual ou pior do que a nação em relação a pobreza extrema. Para entendermos a distribuição espacial desses *clusters* de pobreza extrema será feita uma abordagem de representatividade desses 60 municípios.

Análise de Representatividade por Mesorregião

No gráfico a seguir, apresenta-se a representatividade dentre os 60 municípios pré-selecionados segundo a sua localização por mesorregião. Dos municípios que têm dados de pobreza extrema iguais ou maiores dos que no Brasil (6,62%) qual é a porcentagem de representatividade em cada mesorregião.

GRÁFICO 1 - REPRESENTATIVIDADE POR MESORREGIÃO

MESORREGIÃO



FONTE: Atlas do Desenvolvimento Humano. Pnud (2010). Adaptado

NOTA: elaboração própria.

O Estado do Paraná é composto por 10 mesorregiões, e em todas elas existem municípios que apresentam pobreza extrema maior ou igual ao nível do Brasil (6,62% em 2010). Sendo o maior percentual nas mesorregiões do Centro-Sul (33,3%) seguidos pelo Sudeste Paranaense (15%) e Norte Central (11,7%).

Isto é, dos 60 municípios paranaenses que possuem índices de pobreza extrema iguais ou maiores do que no Brasil (6,62%) encontram-se nas listadas mesorregiões.

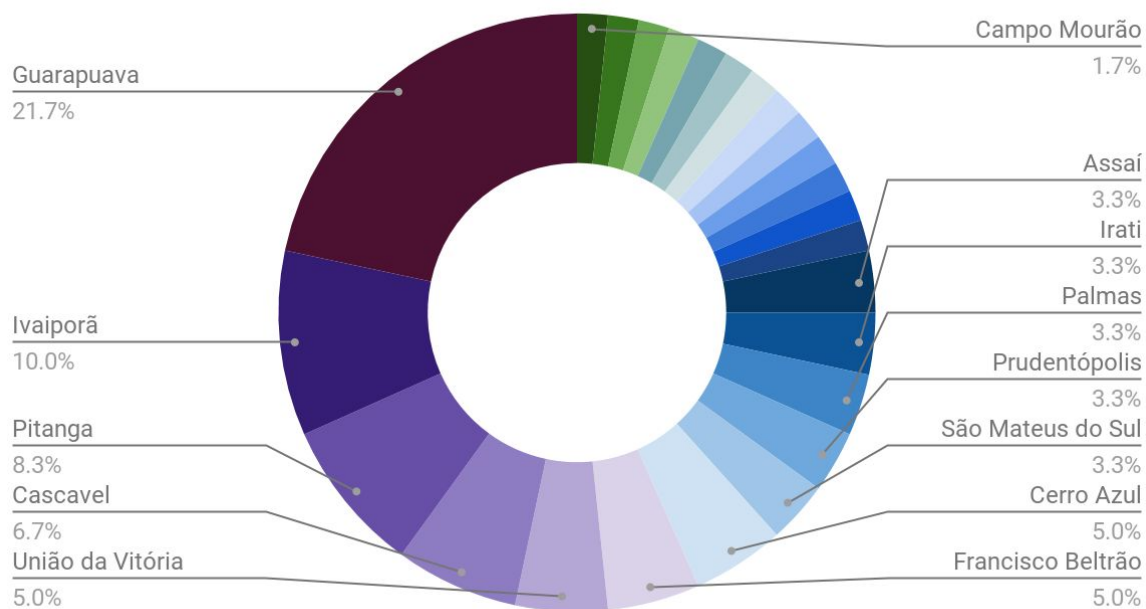
Análise de Representatividade por Microrregião

A mesma maneira, o gráfico a seguir mostra a representatividade dentre os 60 municípios pré-selecionados segundo a sua localização por microrregião. Dos

municípios que têm dados de pobreza extrema iguais ou maiores dos que no Brasil (6,62%) qual é a porcentagem que se encontra em cada microrregião.

GRÁFICO 2 - REPRESENTATIVIDADE POR MICRORREGIÃO

MICRORREGIÃO



FONTE: Atlas do Desenvolvimento Humano. Pnud (2010). Adaptado

NOTA: elaboração própria.

O Estado é formado por 39 Microrregiões, sendo que 25 delas apresentam pobreza extrema maior ou igual ao nível do Brasil (6,62% em 2010). Sendo a maior porcentagem na microrregião de Guarapuava (21,7%) seguidos por Ivaiporã (10%) e Pitanga (8,3%).

Isto é, dos 60 municípios paranaenses que possuem índices de pobreza extrema iguais ou maiores do que no Brasil (6,62%) encontram-se nas listadas microrregiões.

Análise de Representatividade por Município

Ao desagregar ainda mais os dados, é possível ver mais de perto onde a situação está mais complicada. Existem cidades dentro de Micro e Mesorregiões bem desenvolvidas que independentemente disso sofrem abruptamente com a

pobreza extrema, a exemplo a cidade com maior índice de pobreza extrema no Paraná, Doutor Ulysses tem 18,88% de sua população em situação de pobreza extrema, está situada na Mesorregião Metropolitana de Curitiba.

A tabela a seguir apresentará as 25 cidades paranaenses que possuem mais de 10% de sua população em situação de pobreza extrema.

TABELA 2 – CIDADES NO PARANÁ QUE POSSUEM MAIS DE 10% DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE POBREZA EXTREMA.

Município	% de extremamente pobres em 2010	Microrregião	Mesorregião
Doutor Ulysses (PR)	18.88	Cerro Azul	Metropolitana de Curitiba
Espigão Alto do Iguaçu (PR)	18.67	Guarapuava	Centro-Sul Paranaense
Nova Laranjeiras (PR)	17.71	Guarapuava	Centro-Sul Paranaense
Coronel Domingos Soares (PR)	15.41	Palmas	Centro-Sul Paranaense
Goioxim (PR)	15.18	Guarapuava	Centro-Sul Paranaense
Mato Rico (PR)	15.14	Pitanga	Centro-Sul Paranaense
Laranjal (PR)	14.62	Pitanga	Centro-Sul Paranaense
Cruz Machado (PR)	14.54	União da Vitória	Sudeste Paranaense
Guaraqueçaba (PR)	14.46	Paranaguá	Metropolitana de Curitiba
Jardim Alegre (PR)	14.29	Ivaiporã	Norte Central Paranaense
Campina do Simão (PR)	13.61	Guarapuava	Centro-Sul Paranaense
Reserva do Iguaçu (PR)	13.61	Guarapuava	Centro-Sul Paranaense
Santa Maria do Oeste (PR)	13.56	Pitanga	Centro-Sul Paranaense
Antônio Olinto (PR)	13.2	São Mateus do Sul	Sudeste Paranaense

São Jerônimo da Serra (PR)	12.78	Assaí	Norte Pioneiro Paranaense
Quedas do Iguaçu (PR)	12.23	Guarapuava	Centro-Sul Paranaense
Arapuã (PR)	12.03	Ivaiporã	Norte Central Paranaense
Cerro Azul (PR)	11.26	Cerro Azul	Metropolitana de Curitiba
Diamante do Sul (PR)	11.14	Cascavel	Oeste Paranaense
Cândido de Abreu (PR)	10.96	Ivaiporã	Norte Central Paranaense
Pinhão (PR)	10.89	Guarapuava	Centro-Sul Paranaense
Rebouças (PR)	10.54	Irati	Sudeste Paranaense
Nova Tebas (PR)	10.29	Ivaiporã	Norte Central Paranaense
Altamira do Paraná (PR)	10.21	Goioerê	Centro Ocidental Paranaense
Marquinho (PR)	10.15	Guarapuava	Centro-Sul Paranaense

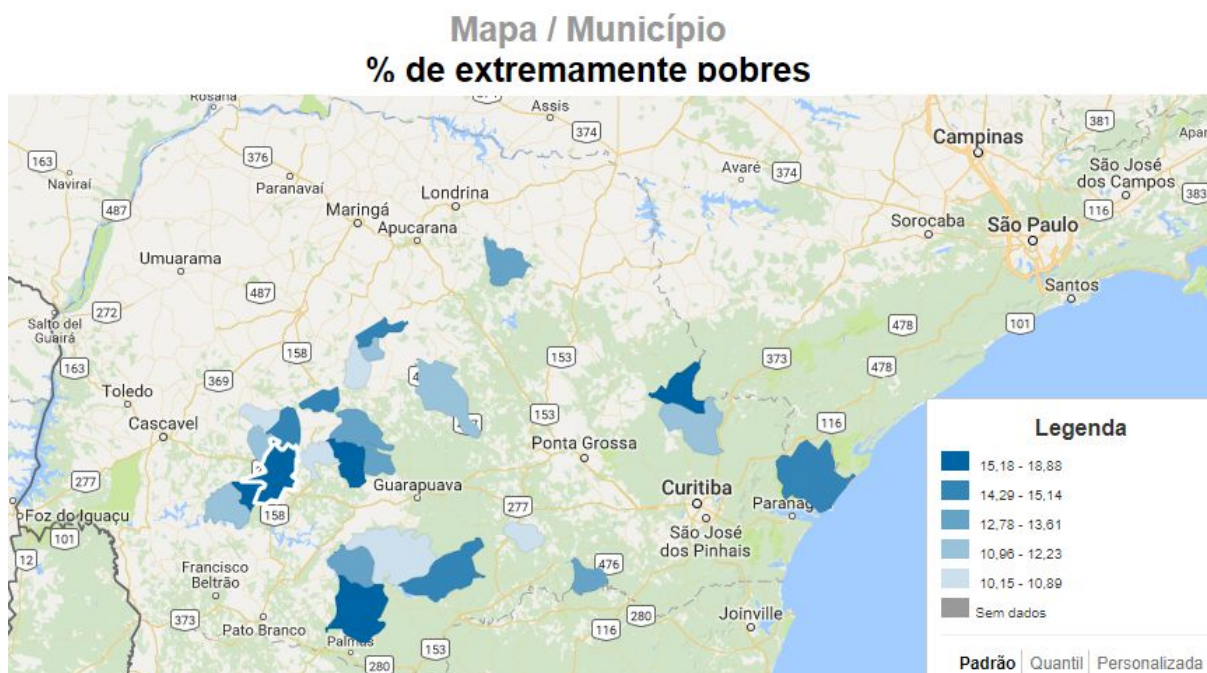
FONTE: Atlas do Desenvolvimento Humano. Pnud. Adaptado

NOTA: elaboração própria.

O problema da pobreza extrema é muito complexo. Desagregando os dados é possível ver que os municípios que contêm a maior porcentagem de pessoas sob pobreza extrema estão espalhados pelo estado, isso revela pólos de pobreza, independente do desenvolvimento das regiões ao redor.

No mapa a seguir pode-se ver como esses municípios estão espalhados sobre o território paranaense.

FIGURA 5 – MAPA DAS CIDADES DO PARANÁ QUE POSSUEM MAIS DE 10% DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE POBREZA EXTREMA.



FONTE: Adaptado Atlas de Desenvolvimento Humano (2017)

Neste capítulo foi possível entender um pouco mais sobre o estado do Paraná, a partir da análise do IDHM estadual ao longo dos anos (1991, 2000 e 2010). Mesmo ocupando o quinto lugar no IDH nacional, o Paraná se comprovou mais uma vez como um estado heterogêneo e com graves pontos de desigualdade.

O IDH analisa a pobreza com um olhar multidimensional, consiste em 3 principais componentes, como citado anteriormente, Educação, Longevidade e Renda, porém, mesmo que a pobreza extrema seja uma privação de renda de fato, ela afeta a vida do indivíduo nas 3 esferas do desenvolvimento. A pobreza extrema é uma problemática sob o olhar do desenvolvimento humano, segundo Sen (2000), a pobreza é uma privação de liberdade, que priva o sujeito não somente de ter renda, mas consequentemente de ter educação e longevidade.

4. POBREZA NO PARANÁ: QUAL O SEU TAMANHO?

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é de suma importância para entendermos os pólos de pobreza, visto que foi criado com o objetivo de oferecer um contraponto a outro indicador muito utilizado, o Produto Interno Bruto (PIB) per capita, que considera apenas a dimensão econômica do desenvolvimento, no entanto, sabe-se que se trata de um fenômeno multidimensional.

O índice foi criado pelos economistas paquistanês Mahbub ul Haq e indiano Amartya Sen, ganhador do Prêmio Nobel de Economia de 1998, sendo o IDH uma medida geral, sintética, do desenvolvimento humano. Apesar de ampliar a perspectiva sobre o desenvolvimento humano, o IDH não consegue abranger todos os aspectos relacionados ao desenvolvimento. É importante ressaltar que o IDH não é uma representação da "felicidade" das pessoas, nem indica "o melhor lugar no mundo para se viver". O IDH tem o grande mérito de sintetizar a compreensão do tema e ampliar e fomentar o debate sobre o desenvolvimento em geral. (PNUD, 2010)

Pela grande abrangência de dados importantes para o desenvolvimento humano será utilizado o IDHM para analisar os pólos de pobreza no estado, e ter uma visão geral do desenvolvimento humano e seus fatores determinantes em cada polo.

4.1 PÓLOS DE POBREZA NO ESTADO DO PARANÁ

Como a pobreza extrema está espalhada por todo estado, foi separado para essa análise o município em pior situação cada uma das 10 mesorregiões, com a intenção de verificar todo o estado e em diferentes localidades como está a questão do desenvolvimento e onde são os pólos de pobreza.

GRÁFICO 3 - EXTREMA POBREZA DA PIOR CIDADE EM CADA MESORREGIÃO.



FONTE: Atlas do Desenvolvimento Humano. Pnud. Adaptado

NOTA: elaboração própria.

Agora, desagregando o IDH para cada uma dessas cidades podemos obter as razões pelas quais caracterizam de maneira pejorativa sua mesorregião se tratando de pobreza extrema.

Na Mesorregião Metropolitana de Curitiba, o município de Doutor Ulysses apresenta 18,88% de sua população em extrema pobreza, o mais alto do estado. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) é 0,546, em 2010, o que classifica esse município na faixa de Desenvolvimento Humano Baixo (IDHM entre 0,500 e 0,599). A dimensão que mais contribui para o IDHM do município é a Longevidade, com índice de 0,791, seguida da Renda, com índice de 0,570, e da Educação, com índice de 0,362. Doutor Ulysses ocupa a 5253ª posição entre os 5.565 municípios brasileiros segundo o IDHM, e apresenta o pior IDHM do estado. Esse município se encontra no Vale do Ribeira, localidade historicamente subdesenvolvida no estado.

Na Mesorregião Centro-Sul Paranaense, o município de Espigão Alto do Iguaçu apresenta 18,67% de sua população em extrema pobreza, o segundo mais alto do estado. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) é 0,636, em 2010, o que deixa esse município na faixa de Desenvolvimento Humano Médio (IDHM entre 0,600 e 0,699). A dimensão que mais contribui para o IDHM do município é Longevidade, com índice de 0,781, seguida de Renda, com índice de 0,632, e de Educação, com índice de 0,521. Espigão Alto do Iguaçu ocupa a 3378ª posição entre os 5.565 municípios brasileiros segundo o IDHM, e apresenta a 376ª dentro os

399 Municípios do estado. Como membro do Centro-Sul Paranaense o município também sofre com a falta de desenvolvimento como toda a região que se encontra.

Na Mesorregião Sudeste Paranaense, o município de Cruz Machado apresenta 14,54% de sua população em extrema pobreza, o oitavo mais alto do estado. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) é 0,664, em 2010, o que deixa esse município na faixa de Desenvolvimento Humano Médio (IDHM entre 0,600 e 0,699). A dimensão que mais contribui para o IDHM do município é Longevidade, com índice de 0,845, seguida de Renda, com índice de 0,635, e de Educação, com índice de 0,545. Cruz Machado ocupa a 2802^a posição entre os 5.565 municípios brasileiros segundo o IDHM, e apresenta a 338^a dentre os 399 Municípios do estado. O município está no eixo centro sul do estado, onde o desenvolvimento é historicamente baixo.

Na Mesorregião Norte Central Paranaense, o município de Jardim Alegre apresenta 14,29% de sua população em extrema pobreza, o décimo mais alto do estado. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) é 0,689, em 2010, o que deixa esse município na faixa de Desenvolvimento Humano Médio (IDHM entre 0,600 e 0,699). A dimensão que mais contribui para o IDHM do município é Longevidade, com índice de 0,827, seguida de Renda, com índice de 0,696, e de Educação, com índice de 0,569. Jardim Alegre ocupa a 2199^a posição entre os 5.565 municípios brasileiros segundo o IDHM, e apresenta a 271^a dentre os 399 Municípios do estado. Jardim Alegre se encontra na microrregião de Ivaiporã, região esta que possui altos índices de pobreza extrema no estado do Paraná, ficando atrás somente da microrregião de Guarapuava.

Na Mesorregião Norte Pioneiro Paranaense, o município de São Jerônimo da Serra apresenta 12,78% de sua população em extrema pobreza, o décimo quinto mais alto do estado. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) é 0,637, em 2010, o que deixa esse município na faixa de Desenvolvimento Humano Médio (IDHM entre 0,600 e 0,699). A dimensão que mais contribui para o IDHM do município é Longevidade, com índice de 0,822, seguida de Renda, com índice de 0,626, e de Educação, com índice de 0,503. São Jerônimo da Serra ocupa a 3357^a posição entre os 5.565 municípios brasileiros segundo o IDHM, e apresenta a 375^a dentre os 399 Municípios do estado. Na microrregião de Assaí, onde se encontra o

município de São Jerônimo da Serra somente 2 municípios dos 8 contidos na microrregião possui índices de pobreza extrema iguais os piores do que o Brasil (6,62%).

Na Mesorregião Oeste Paranaense, o município de Diamante do Sul apresenta 11,14% de sua população em extrema pobreza, o décimo nono mais alto do estado. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) é 0,608, em 2010, o que deixa esse município na faixa de Desenvolvimento Humano Médio (IDHM entre 0,600 e 0,699). A dimensão que mais contribui para o IDHM do município é Longevidade, com índice de 0,777, seguida de Renda, com índice de 0,605, e de Educação, com índice de 0,479. Diamante do Sul ocupa a 3957ª posição entre os 5.565 municípios brasileiros segundo o IDHM, e apresenta a 393ª dentre os 399 Municípios do estado. O Município fica aos arredores da cidade de Cascavel

Na Mesorregião Centro Ocidental Paranaense, o município de Diamante do Sul apresenta 10,21% de sua população em extrema pobreza, o vigésimo quarto mais alto do estado. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) é 0,667, em 2010, o que deixa esse município na faixa de Desenvolvimento Humano Médio (IDHM entre 0,600 e 0,699). A dimensão que mais contribui para o IDHM do município é Longevidade, com índice de 0,780, seguida de Renda, com índice de 0,667, e de Educação, com índice de 0,571. Altamira do Paraná ocupa a 2738ª posição entre os 5.565 municípios brasileiros segundo o IDHM, e apresenta a 322ª dentre os 399 Municípios do estado.

Na Mesorregião Sudoeste Paranaense, o município de Manfrinópolis apresenta 9,23% de sua população em extrema pobreza, o trigésimo segundo mais alto do estado. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) é 0,645, em 2010, o que deixa esse município na faixa de Desenvolvimento Humano Médio (IDHM entre 0,600 e 0,699). A dimensão que mais contribui para o IDHM do município é Longevidade, com índice de 0,805, seguida de Renda, com índice de 0,642, e de Educação, com índice de 0,520. Manfrinópolis ocupa a 3201ª posição entre os 5.565 municípios brasileiros segundo o IDHM, e apresenta a 365ª dentre os 399 Municípios do estado.

Na Mesorregião Noroeste Paranaense, o município de Alto Paraíso apresenta 6,99% de sua população em extrema pobreza, o quinquagésimo terceiro mais alto

do estado. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) é 0,678, em 2010, o que deixa esse município na faixa de Desenvolvimento Humano Médio (IDHM entre 0,600 e 0,699). A dimensão que mais contribui para o IDHM do município é Longevidade, com índice de 0,829, seguida de Renda, com índice de 0,677, e de Educação, com índice de 0,556. Alto Paraíso ocupa a 2481ª posição entre os 5.565 municípios brasileiros segundo o IDHM, e apresenta a 308ª dentre os 399 Municípios do estado.

Na Mesorregião Centro Oriental Paranaense, o município de Ortigueira apresenta 6,92% de sua população em extrema pobreza, o quinquagésimo quinta mais alto do estado. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) é 0,609, em 2010, o que deixa esse município na faixa de Desenvolvimento Humano Médio (IDHM entre 0,600 e 0,699). A dimensão que mais contribui para o IDHM do município é Longevidade, com índice de 0,811, seguida de Renda, com índice de 0,632, e de Educação, com índice de 0,441. Ortigueira ocupa a 3927ª posição entre os 5.565 municípios brasileiros segundo o IDHM, e apresenta a 391ª dentre os 399 Municípios do estado.

4.1.1 Análise dos pólos de pobreza

O primeiro aspecto a ser observado, trata-se de que a renda não é o principal indicador que influencia o baixo IDHM. Mesmo tendo em destaque os municípios cujas mesorregiões representam extrema pobreza - renda extremamente baixa, a média desse indicador dentre as cidades é de 0,632 em 2010, sendo a média do estado 0,749 no mesmo ano.

O segundo ponto a ser observado é o índice de longevidade, ele impulsiona o IDHM de todos os municípios citados para cima, a média encontrada para esse indicador é de 0,805, o que representa nos parâmetros de análise do índice é considerado alto. Independente das condições realmente difíceis às pessoas vivem por bastante tempo, isso indica que a renda e a educação não interferem tão diretamente no tempo de vida das pessoas que ali residem. Fato esse pode ser

explicado por uma agricultura de sobrevivência, baixos índices de violência no campo quando comparados com os da cidade entre outros.

O terceiro aspecto importante que revelou essa análise foi o baixíssimo índice de escolaridade encontrado em todas as regiões levantadas no estudo, os índices de educação são muito piores do que a renda em todos os municípios. A média encontrada para o IDHM Educação dessas cidades é de 0,500, média essa muito baixa que traz para baixo todo o IDHM, sendo a média estadual de 0,668. Fato este alarmante e direcionador para políticas públicas de desenvolvimento, pois ao focalizar investimentos em educação nestes pólos em pouco tempo já vai surtir efeito no IDH estadual em geral.

Ao olhar separadamente os determinantes do IDHM de cada município conseguimos observar algumas similaridades entre os pólos de pobreza, quais são seus pontos fortes e pontos fracos, onde estão as carências de investimento e o que possivelmente os tem levado a serem um foco de pobreza extrema. O que abre caminho para futuros estudos sobre como melhorar esses índices.

5. CONCLUSÃO

O trabalho apresentado teve como objetivo mostrar como e onde estão os pólos de pobreza extrema no estado do Paraná, através de uma abordagem que abrangeu tanto municípios como micro e mesorregiões. Verificou-se, contudo, a heterogeneidade do estado e particularidades dos municípios mais pobres. Os resultados trazem à luz questões a serem exploradas nas etapas subsequentes. Mesmo assim, constitui uma contribuição a outros estudos e a definição de políticas públicas, pois culmina na identificação e caracterização das diferentes realidades existentes no Paraná.

A análise da extrema pobreza permite identificar aspectos mais amplos de todos os municípios paranaenses que impactam diretamente no desenvolvimento do estado em geral. Essa visão possibilita investimentos de políticas públicas que podem ser direcionadas especificamente onde o município mais precisa, evitando assim gastos desnecessários ou em excesso de aplicação de recursos em condições que já estão indo bem. Em outras palavras, o estudo traz à tona os pólos de pobreza nos municípios e sinaliza, por si só, onde é preciso maior atenção dos governantes.

Os municípios do estado que apresentam os piores indicadores de pobreza extrema são estes: Altamira do Paraná, Antônio Olinto, Arapuã, Campina do Simão, Cândido de Abreu, Cerro Azul, Coronel Domingos Soares, Cruz Machado, Diamante do Sul, Doutor Ulysses, Espigão Alto do Iguaçu, Goioxim, Guaraqueçaba, Jardim Alegre, Laranjal, Marquinho, Mato Rico, Nova Laranjeiras, Nova Tebas, Pinhão, Quedas do Iguaçu, Rebouças, Reserva do Iguaçu, Santa Maria do Oeste e São Jerônimo da Serra (PR). Os vinte e cinco municípios citados apresentam de 18,88% a 10,15% da população em situação de pobreza extrema, com R\$70,00 per capita mensais (agosto de 2010).

Esses municípios estão localizados basicamente no eixo centro-sul do estado, com algumas exceções, localizados no Vale do Ribeira (região historicamente conhecida por apresentar baixos índices de IDH), região nordeste do estado. O foco maior deste trabalho se deu na região Centro-Sul pois apresentou a maior

representatividade dentre os extremamente pobres. Portanto, as liberdades vistas como capacidades, segundo Sen, em que as oportunidades sociais devem estar à disposição dos indivíduos, a fim de promover melhores condições de educação aos municípios mais vulneráveis. Em todo o Paraná o fator da educação foi quem promoveu o desenvolvimento, e essa medida deve ser seguida na mesorregião que mais sofre com a pobreza extrema, pois o investimento em capital humano gera desenvolvimento comprovado.

O Estado pode ser visto como o grande promotor do desenvolvimento em uma determinada região. Quem melhor do que as autoridades ou organizações locais para serem as responsáveis por intervir no sistema econômico quando este apresenta sinais de recessão ou queda no produto? Quando esse movimento acontece, destaca-se que tanto o desenvolvimento econômico, advindo das organizações, quanto os do Estado são produtos do capital humano. O investimento em capital humano, ou seja, basicamente o nível de escolaridade, relaciona-se diretamente ao produto e, por sua vez, melhora a sua renda (MYRDAL, 1965; MINCER, 1981).

O papel que o Estado deve exercer é ativo: deve reconhecer as disparidades locais e regionais e exercer políticas que garantam melhor qualidade de vida à sociedade, reduzindo assim a desigualdade econômica e social. Em outras palavras, o Estado deve atuar principalmente como garantidor da cidadania da sociedade (SEN, 2007).

Espera-se que o presente trabalho possa contribuir à promoção de políticas públicas assertivas, para que os recursos públicos possam ser utilizados de forma eficiente pelos municípios e o Estado, a ponto de potencializar as políticas de desenvolvimento.

REFERÊNCIAS

A nova face da pobreza. O Correio da Unesco, Brasil, Ano 27, n. 5, p. 17-19, Maio 1999.

BRADSHAW, J. **Methodologies to measure poverty: more than one is best! Paper for International Symposium Poverty: concepts and methodologies.** Cidade do México, 28-29 de Março de 2001.

Estratégias locais para redução da Pobreza: construindo a cidadania. São Paulo: Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, 2000, p. 18-21. Oficina KOHUT, John et al.

Fava, Vera Lúcia. **Urbanização, custo de vida e pobreza no Brasil.** São Paulo, Fipe/USP, 1984

GORDON, D. & SPICKER, P (eds.). **The international glossary on poverty.** London: Zed Books/CROP, 1999.

HULME, D. & MCKAY, A. **Identifying and measuring chronic poverty: beyond monetary measures.** International Conference: The many dimensions of poverty. Brasília, ago. 2005.

HULME, D. & SHEPHERD, A. **Conceptualizing chronic poverty.** Great Britain: World Development Vol.1, nº 3, pp. 403-423, 2003.

JAMUR, Marilena et al. **A noção da pobreza frente às desigualdades sociais.** in CAMAROTTI, Ilka; SPINK, Peter Kevin (Coord.).

LOBO, Rodrigo Correia. **A evolução da pobreza nas regiões metropolitanas (1990-2001) : um estudo prático sobre as suas formas de mensuração.** Tese

(Mestrado Ciências Econômicas) - Universidade Federal do Paraná - Sociais Aplicada. Curitiba 2005.

NARAYAN, D. **Voices of the poor - Can anyone hear us?** Washington, D.C.: The World Bank, Oxford University Press, 2000.

ROMÃO, M. **Considerações sobre o conceito de pobreza.** Revista de Economia Brasileira, Rio de Janeiro, 36(4): pp. 355-70, out./dez. 1982.

ROMÃO, M. **Pobreza: Conceito e Mensuração.** Cadernos de Economia. nº 13, fev.1993.

ROMÃO, Maurício E.C. **Considerações sobre o conceito de pobreza.** Revista Brasileira de Economia, Rio de Janeiro, v. 36, n. 4, p. 355-370, out. /dez. 1982.

SALMEN, Lawrence. **Ouvir os pobres.** Finanças & Desenvolvimento, Washington, D.C., v. 14, n. 4, dezembro 1994.

SEN, A. **Poor, relatively speaking (1983).** In: SEN, A. Resources values and developments. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, pp. 325-345,1997.

SEN, A. **Three notes on the concept of poverty.** Working Paper, WEP 2-23/65. Genebra: International Labour Office, 1978.

SEN, Amartya K. **Desenvolvimento como Liberdade.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.